



N.º 1 | MAIO 2018

# NEWSLETTER

SECRETARIADO PERMANENTE DA CONFERÊNCIA DOS DIRETORES-GERAIS DAS ALFÂNDEGAS DA CPLP



Nesta edição:



PICAT V



Membros Honorários



Plano Estratégico Aduaneiro



Grupo de Trabalho dos IEC



Sistema Harmonizado



Grupo de Trabalho do SH



## PICAT V

A cooperação entre as Alfândegas dos Países de Língua Portuguesa é hoje, uma realidade, tendo tido lugar em 1983 a primeira Reunião do Conselho de Diretores-Gerais, das Alfândegas dos Países de Língua Portuguesa que ocorreu em Lisboa e que, de forma rotativa, tem vindo a realizar-se anualmente, tendo-se realizado em novembro de 2017 a XXXII Reunião na cidade de Maputo, Moçambique.

O incremento da cooperação nas diferentes áreas de intervenção das Alfândegas resultou da necessidade de todas as Administrações caminharem para o mesmo grau de evolução e utilizarem os instrumentos e ferramentas disponibilizados pela Organização Mundial das Alfândegas (OMA).

Refira-se que todos os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com exceção da Guiné Equatorial, são Membros da OMA

Nasceu assim o primeiro Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica (PICAT I) aprovado na XIX Reunião do Conselho de Diretores-Gerais, para ser concretizado no triénio de 2004 a 2006 e que teve vinte ações (Reuniões de Alto Nível, Seminários e Grupos de Trabalho).

Em 2018, será o último ano de execução do Programa PICAT V (2016 a 2018), devendo ser aprovado, ainda este ano, o próximo PICAT VI para o triénio 2019 a 2021.

## **MEMBRO HONORÁRIO da Conferência dos Diretores- Gerais das Alfândegas da CPLP**

**O Dr. João de Sousa, ex-  
diretor-Geral das Alfândegas  
portuguesas recebeu das  
mãos do Dr. Francisco Curinha  
, secretário-geral da  
Conferência, o diploma de  
membro-honorário**



Por "Deliberação da XXXII Reunião do Conselho de Diretores-Gerais das Alfândegas da CPLP" reunião que teve lugar em Maputo de 21 a 24 de novembro de 2017, foi atribuído ao Dr. João de Sousa, ex-Diretor-Geral das Alfândegas de Portugal, o estatuto de Membro Honorário da Conferência.

O estatuto de Membro Honorário visa distinguir personalidades que se destacaram "pelos seus contributos especiais para o aprofundamento da cooperação entre os países da CPLP, quer na qualidade de membros do Conselho dos Diretores-Gerais das Alfândegas da CPLP, quer enquanto membros de instituições nacionais ou internacionais", merecendo a homenagem daquele Conselho.

No passado dia 9 de fevereiro o Dr. Francisco Curinha, Secretário-Geral da Conferência dos Diretores-Gerais das Alfândegas da CPLP, entregou ao Dr. João Manuel Almeida

de Sousa o diploma de Membro Honorário da Conferência dos Diretores-Gerais das Alfândegas da CPLP".

O Dr. João Manuel Almeida de Sousa teve uma longa carreira aduaneira ao serviço das Alfândegas portuguesas, onde a desempenhou as funções de Diretor-Geral, tendo ainda tido um percurso profissional ao serviço do EUROSTAT, da União Europeia. Foi no desempenho das funções de liderança das Alfândegas de Portugal que deu provas de grande empenho na cooperação entre as Alfândegas da CPLP.

O Dr. João Manuel de Almeida Sousa agradeceu e pediu que este agradecimento fosse transmitido a todos os membros da Conferência, bem como "a honra e o orgulho e a satisfação" com que recebeu o diploma, dirigindo um agradecimento especial a Moçambique e ao seu Diretor-Geral das Alfândegas, Aly Dauto Mallá.



# UM PLANO ESTRATÉGICO ADUANEIRO PARA A CPLP

O papel relevante da Organização Mundial das Alfândegas (OMA) no desenvolvimento da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Além de todo o apoio na inclusão e visibilidade aduaneira internacional, através da integração de um representante permanente da CPLP, e de toda a assistência institucional nas várias Comissões e instâncias da OMA, estamos atualmente a trabalhar conjuntamente na elaboração de um Plano Estratégico para as Alfândegas da CPLP, com a participação de todos os países Membros.

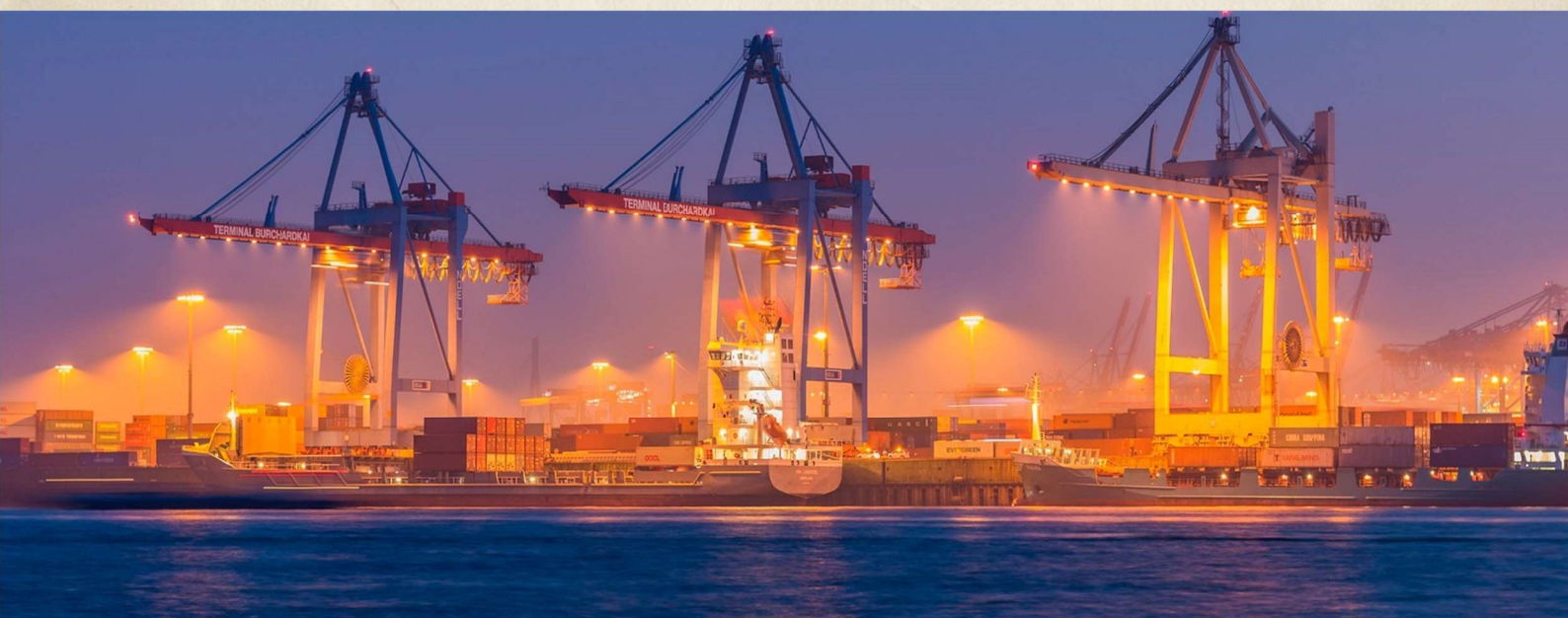
Na sequência do 1.º Workshop realizado em Lisboa nos dias 19 a 22 de abril de 2016, sob os auspícios da OMA, teve lugar em 14 de fevereiro de 2017, uma 1ª Reunião Virtual do “Grupo de Trabalho para elaboração do Plano Estratégico das Alfândegas da CPLP”. Foi organizada por iniciativa do Representante das Alfândegas da CPLP na Organização Mundial das Alfândegas (OMA) e, desde então evoluiu para o nível GTAN (Grupo de Trabalho de Alto Nível) que reuniu em abril do ano passado e em que foram analisados os primeiros contributos do Secretariado Permanente (atualmente sediado na AT, concretamente na DSCRI), da OMA e demais sugestões, nomeadamente de Angola e do Brasil.

Esses contributos inspiraram o Conselho Geral de Diretores de Alfândegas da CPLP - na extensão da sua XXXII Reunião, em dezembro de 2017, em Moçambique, que incluiu a presença do Diretor de Reforço de Capacitação da OMA, - a desenvolver e aprovar um plano de trabalho bem definido que resultou em um primeiro rascunho e cujo documento final deverá estar concluído no final deste ano.

Na perspetiva do Comércio Internacional, esse resultado proporcionará uma mais-valia às Administrações Tributárias da CPLP, mediante a criação de mecanismos que propiciem desenvolvimento de capacidades no âmbito do Acordo de Facilitação do Comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC/WTO) e aos objectivos da Agenda 2030 das Nações Unidas, nomeadamente:

- Segurança e facilitação do Comércio.
- Cooperação e Diálogo.
- Parcerias (internas, operadores económicos e organizações externas).
- Inovação com Interação das Culturas.
- Integridade, responsabilidade e transparência – Estímulo à Ética.
- Valorização das Pessoas e Reconhecimento e Promoção do Mérito.

Esta auspiciosa Parceria OMA/CPLP irá permitir às Alfândegas CPLP cumprir os seus mandatos em defesa da sociedade, da concorrência leal e do comércio legal, designadamente da propriedade intelectual e contra a contrafação, criando parcerias sustentáveis num ambiente evolutivo e favorável a projetos de investimentos, combatendo as infrações fiscais aduaneiras através de mecanismos internos que favoreçam a ética e boa governação.



## 3.ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO VIRTUAL DOS IEC

Partilhar experiências sobre tributação e arrecadação das receitas dos IEC no comércio internacional e no espaço CPLP em particular

Este ano terá lugar a 3.ª Reunião do Grupo de Trabalho Virtual dos Impostos Especiais de Consumo (IEC) na CPLP, ação integrada no Programa PICAT V (2016-2018) e baseada na plataforma e-Learning da AT construída pela DSF em colaboração com o Secretariado Permanente das Alfândegas da CPLP (DSCRI).

As reuniões anteriores têm-se caracterizado por um elevado índice de adesão e contado com a participação efetiva de 15 a 20 Participantes de 8 Administrações Fiscais de Países Membros da CPLP, contribuindo para mais de 100 intervenções no âmbito destes importantes impostos indiretos, tendo presente as implicações das respetivas políticas fiscais na agricultura, na indústria e nos serviços que em alguns países garantem centenas de milhar de empregos e, milhões de postos de trabalho em todo o mundo só nos sectores das bebidas alcoólicas, tabacos e energéticos.

### **Criação da Comunidade IEC**

A grande novidade, já anunciada, é a construção de uma plataforma permanente no espaço “e-Learning” da AT, à qual os pontos focais dos 9 Países Membros poderão, muito em breve e durante os 365 dias do ano, aceder, consultar, bem como avaliar o impacto, experiências e partilhar

legislação, analisar as soberanas opções de política fiscal inerentes às questões de proteção ambiental, da biodiversidade e da sua sustentabilidade, bem como proporcionar uma reflexão sobre as estruturas e taxas dos IEC.

A “Comunidade IEC” permanente está em fase de “construção” mas já tem os Termos de Referência e os conteúdos selecionados pelo Secretariado Permanente das Alfândegas da CPLP em estreita e profícua colaboração com a equipa da DSF.

Foi também criada uma “Biblioteca” virtual para proporcionar aos peritos do GT comparar, disseminar e partilhar – com os sectores público e privado - os diversos quadros legais, diplomas, regulamentos e metodologias de tributação e arrecadação das receitas dos IEC, com vista a promover e apoiar oportunidades económicas no comércio internacional e no espaço CPLP em particular. Já foram inseridos mais de 30 documentos e artigos, repartidos em 8 áreas de informação IEC.

Assim, reiterando o papel dinamizador e facilitador da AT, nesta próxima 3.ª Reunião serão disponibilizados dados acrescidos de reflexão sobre questões de saúde, selagem e marcas fiscais, armazenagem, circulação riscos e concorrência fiscal. Em suma, os Participantes terão mais e melhores oportunidades de partilhar experiências, métodos de salvaguardar e atenuar os efeitos adversos dos consumos de bens sujeitos a IEC, bem como os meios de os financiar.





## SISTEMA HARMONIZADO COMPLETA 30 ANOS DE ENTRADA EM VIGOR

Por Álvaro Ribeiro, da Receita Federal, Ministério da Fazenda da República Federativa do Brasil

A Nomenclatura do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias é o anexo de uma Convenção Internacional do mesmo nome, que foi elaborada entre os anos de 1970 e 1983 e entrou em vigor em Janeiro de 1988. A Organização Mundial das Alfândegas (OMA) organizou, no passado dia 6 de Março, várias cerimónias para comemorar os 30 anos de sucesso desta Nomenclatura, base da classificação pautal de mais de 200 administrações, das quais 156 são Partes Contratantes da Convenção.

O Sistema Harmonizado (SH) tem por objetivo controlar e regulamentar o tráfego transfronteiriço de mercadorias, bem como uniformizar e facilitar o comércio internacional. A Nomenclatura do Sistema Harmonizado reflete, tal qual um espelho, a realidade do comércio internacional. Trata-se de um objetivo em dois sentidos, por um lado o SH facilita, com controle, o comércio internacional e, por outro, está em consonância com a realidade deste comércio.

O SH é hoje utilizado não apenas na cobrança dos direitos aduaneiros, mas também como base para a coleta de impostos ou taxas internas, diretos ou indiretos, na determinação da origem das mercadorias, na determinação do valor aduaneiro, no modelo de dados da OMA, nos sistemas de janela única, na gestão do risco e no comércio eletrónico.

Durante as celebrações promovidas pela OMA, Álvaro Leite Ribeiro, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, que já foi presidente do Comité do Sistema Harmonizado e supervisor sénior daquela Organização, proferiu palestra destacando as vantagens para as administrações aduaneiras em ser parte contratante da Convenção do SH e, nomeadamente, referiu-se aos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho do Sistema Harmonizado (GTSH) da CPLP, que desde a década de 1980 traduz para o idioma português não só a Nomenclatura, mas igualmente as Notas Explicativas e os Pareceres da OMA. Os trabalhos do GTSH da CPLP são um exemplo para todos os países que não têm os idiomas inglês e francês como oficiais e seu modelo deverá ser seguido por outras administrações.

Salientou, ainda, que, à exceção de Timor-Leste, os países da CPLP já são Partes Contratantes da Convenção do SH, mas que nem todos aplicam a versão atual da Nomenclatura (2017), o que dificulta as negociações internacionais daquelas administrações e pode trazer graves problemas na urgente necessidade de os países da CPLP aprovarem a versão de 2017 do SH, para que os mesmos possam mais rapidamente incrementar o comércio externo e, conseqüentemente, o desenvolvimento de suas economias.



## 53ª REUNIÃO DO GT DO SISTEMA HARMONIZADO

Se é a língua que nos une e serve de alicerce à CPLP o GT do Sistema Harmonizado é um dos pilares mais importantes da cooperação entre as administrações aduaneiras da CPLP. Em poucos domínios a importância da língua assume a dimensão que esta tem no Sistema Harmonizado e em poucas áreas se sente tanto a necessidade de do diálogo entre as formas de falar o português como neste domínio tão aduaneiro.

Por isso se reveste da maior importância a 53ª Reunião do Grupo de Trabalho do Sistema Harmonizado, que decorreu em Lisboa, nos dias 9 a 20 de abril

A reunião contou com a colaboração de aduaneiros do Brasil (Dr. Álvaro Ribeiro e Dr. Carlos Steckel), Cabo Verde (Dr. Victor Varela), Guiné Bissau (Dr. Osório Furtado), Portugal (Dr. David Almeida e Eng. João Marques), e São Tomé e Príncipe (Dra. Ester Gomes).



## PICAT V – ACÇÕES PREVISTAS PARA O 1.º SEMESTRE DE 2018

Aprovado na XXX Reunião do Conselho de Diretores-gerais das Alfândegas da CPLP, Brasília, Brasil, 3 a 6 novembro/2015

---

<b>53ª Reunião do Grupo de Trabalho do Sistema Harmonizado</b>	Portugal, 9 a 20 abril
<b>3ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre a Via Aérea da CPLP</b>	(Virtual) 16 a 18 maio
<b>13ª Reunião do Grupo de Trabalho Alto Nível (Avaliação do PICAT)</b>	Angola, 21 a 25 maio
<b>3ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre os IEC da CPLP</b>	(Virtual) 5 a 7 junho
<b>13ª Reunião do Grupo de Trabalho da Convenção de Quioto Revista</b>	S. Tomé e Príncipe, 18 a 22 junho

---